

Explosão urbana em África

Nos últimos dois séculos, na sequência da revolução industrial, a população mundial cresceu a um ritmo exponencial nunca antes alcançado: com mil milhões de habitantes em 1804, duplica em 1927 e chega aos 2,5 mil milhões em 1950. O crescimento acelera a partir desta data, chegando aos 4 mil milhões em 1975 e extravasando os 6 mil milhões na passagem do milénio (<http://www.census.gov/ipc/www/popwnote.html>). Hoje são 6,781,629,587 os habitantes do planeta (<http://www.worldometers.info>, Julho 2009), vivendo no continente africano cerca de 1 bilião (UN 2007a: xxi). Em relação a 1950, a população mundial aumentou em 2,6 vezes enquanto a do continente africano em 5 vezes. A percentagem da população deste continente em relação à população mundial tem assim vindo a aumentar desde 1950 (de 8,2% passa para 10,4% em 1975, 13,6% em 2000, 14,8% em 2009 e projecta-se para 18,7% em 2025) (<http://esa.un.org/unpp/>). A taxa anual de crescimento demográfico desacelera, ao nível mundial, a partir de 1963 (com 2,19%), embora continue muito alta nos países em desenvolvimento, alterando-se a relação entre a população das várias regiões. Se olharmos para a dos continentes africano e europeu, em 1950, aquela era quase 2,5 inferior a esta; a diferença diminui em 1975 e apresenta-se já invertida em 2007 (UN 2007a: xxi). Embora a explosão demográfica ocorra nas últimas décadas nos países em desenvolvimento (da Ásia, América Latina, Caraíbas, África), a explosão tecnológica e o crescimento económico continuam a concentrar-se nos países desenvolvidos (da América do Norte, Europa e Japão), reforçando a desigual repartição de riqueza e favorecendo a emigração dos primeiros para os segundos. A par desta explosão demográfica, processa-se uma explosão urbana ainda mais acelerada, desde o século XIX, nos países ocidentais e, desde 1950, sobretudo nos países em desenvolvimento. A partir de 1800, a população mundial aumenta 2,5 vezes, até 1950, e 6 vezes até ao virar do novo milénio, enquanto a população urbana aumenta cerca de sete vezes no primeiro

período considerado e cerca de 32 vezes no segundo. A taxa de urbanização passa de 9% em 1800, para 16% em 1900 e 25,6% em 1950 (Bairoch 1985: 634), acelerando desde então, para alcançar 37,2% em 1975 (UNDP 2007: 246) e 50% em 2008 (UN 2007b), estimando-se que atinja os 61% em 2030 (Jenkins 2007: 9). Este crescimento urbano varia também segundo as regiões do mundo e os países (ver gráfico). Em 1900, apenas 5,5% da população do continente africano vive em cidades, mas são já 30,2% no europeu (Bairoch 1985: *id.*); em 2005, são 34,8% contra 63,2% (UNDP 2007: 246).

urbano, prevendo-se que a sua população urbana triplique até 2050 e corresponda a metade da população do continente, em 2015 (UN 2007b).

Novas configurações territoriais

A explosão urbana em África assume configurações diversas, que vão desde gigantescas regiões metropolitanas e grandes cidades, com extensas periferias não urbanizadas e muito carenciadas, cobrindo 30 a 90% do território da urbe, a grandes conurbações (como a do Golfo da Guiné

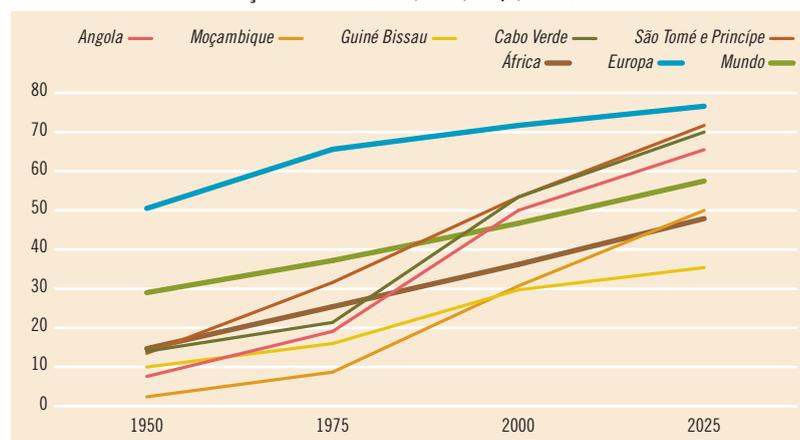
de 200.000 e 300.000 habitantes para 8,6 e 11,4 milhões de habitantes. Lagos é a única cidade africana dos países com baixo Índice de Desenvolvimento Humano que pertence ao grupo das 25 maiores cidades com mais de 11 milhões de habitantes, ocupando aí o 24.º lugar. Segundo projecções do seu crescimento, Lagos passará para o 7.º lugar desse *ranking*, a uma taxa de crescimento anual de 4,44%, passando a abrigar 21,5 milhões de pessoas em 2020.

Hoje, quase metade da população urbana africana (42%, ou cerca de 150 milhões de cidadãos) vive em 61 grandes cidades com mais de 500 mil habitantes. Duas delas, Lagos e Cairo, incluem-se, em Janeiro de 2009, na categoria de megacidades com mais de 10 milhões de habitantes. Das restantes grandes cidades, uma tem entre 5 e 10 milhões de habitantes (Kinshasa), quarenta e cinco têm entre 1 e 5 milhões (das quais trinta e nove na África subsariana), treze têm entre 500 mil e 1 milhão de habitantes. A maioria da população urbana africana (58%, quase 200 milhões de urbanos) vive em 84 médias e pequenas cidades com menos de 500 mil habitantes (UN 2007b). Note-se que mais de metade da população urbana mundial (52%) vive igualmente em cidades destas dimensões, prevendo-se que estes pequenos centros urbanos absorvam cerca de metade do crescimento da população urbana estimado para as próximas décadas. As grandes cidades e sobretudo as grandes metrópoles capitais africanas, geralmente costeiras, continuam a absorver a maioria dos recursos, numa lógica competitiva, atraindo e concentrando investimentos nacionais e estrangeiros, em detrimento das pequenas e médias cidades, onde vive todavia elevada percentagem de cidadãos africanos. Algumas vozes têm alertado para a urgência de políticas de desenvolvimento sustentável destes aglomerados, também para reduzir a migração para as grandes cidades e a precariedade dos seus bairros periurbanos.

Motivações, cenários e desafios

As imagens dramáticas das extensas periferias das cidades dos países em desenvolvimento, com habitações precárias,

PERCENTAGEM DE POPULAÇÃO URBANA (PALOP, África, Europa, Mundo)



Fonte: UN (2006: 10, 12, 36, 37, 40, 41).

O crescimento da população urbana abranda, na Europa e outros “países mais desenvolvidos”, a partir da década de 1950, mas acelera nas últimas décadas nos países africanos e restantes países em desenvolvimento. Neste quadro e com a diminuição do crescimento da população rural mundial, desde o virar do milénio, a maior parte do crescimento da população concentra-se nas áreas urbanas dos países em desenvolvimento (Davies 2006: 3; UN 2006: 14 e UN 2007b).

No continente africano, a população urbana ronda, em 1950, os 30 milhões de habitantes, e em 2005, os 340 milhões, ou seja, em 55 anos aumentou 11,3 vezes, enquanto, no mesmo período, a sua população rural apenas aumentou de 3,8 vezes (UNDP 2006: 10). África permanece um continente ainda maioritariamente rural, com 62% da sua população vivendo em áreas rurais; mas assiste a um processo de acelerado crescimento

que se prevê venha a atingir em 2020, 60 milhões de pessoas, gravitando em torno do seu centro, Lagos, na Nigéria), a extensões urbanas ao longo de “corredores” (como o da Beira em Moçambique), ou a médias e pequenas cidades.

Estamos bem longe das cidades coloniais bem delimitadas, geralmente costeiras, de meados do século findo, enclaves de oportunidades, mercados e serviços, envolvidas pelos primeiros bairros não urbanizados, pouco densos e pelos campos de cultivo que as alimentavam. O recente crescimento acelerado das grandes cidades africanas é muito mais rápido que o vivido nos países ocidentais nas primeiras décadas da Revolução Industrial. Londres septuplicou a sua população, no século XIX, entre 1800 e 1910, enquanto a população de Kinshasa ou a de Lagos (Nigéria), em metade do tempo (entre 1950 e 2009) aumenta cerca de quarenta vezes, passando respectivamente

densamente ocupadas, sem infraestruturas, nem serviços, que abrigam hoje um sexto da população mundial, ou seja, um bilhão de infracitadinos, entre os quais cerca de um quarto serão africanos, não serão muito diferentes das descrições inquietantes dos tugúrios insalubres, de condições desumanas, em que se amontoava a classe operária e os rurais que afluíam às cidades industriais do século XIX. Correspondem hoje a efectivos muito superiores e as causas e o contexto em que ocorrem, como os problemas subjacentes, são também muito diferentes.

A explosão urbana das últimas décadas, nos países em desenvolvimento e especificamente em África, deriva do persistente e elevado crescimento natural – resultante da diminuição da taxa de mortalidade e da permanência de altas taxas de fecundidade e natalidade, típica de países em desenvolvimento e de contextos de pobreza – o qual se conjuga com forte migração para as cidades. Têm sido sublinhadas as motivações económicas e socioculturais dos migrantes, as forças de atracção e sedução do mundo urbano (oportunidades de acesso a novos bens de consumo e de produção e a novas relações sociais) e os factores de repulsão do mundo rural (crise agrícola, baixos rendimentos e salários, desemprego, insuficiência de serviços, pobreza, rigidez e hierarquia social) que se articulam com políticas de desenvolvimento rural contraproducentes, com guerras e catástrofes naturais.

O crescimento demográfico e urbano que explodiu, nos países ocidentais, com o eclodir do capitalismo industrial, esteve associado ao crescimento económico, aliamentou-se sobretudo do êxodo rural e das migrações para a cidade e inseriu-se numa longa história urbana, agregando-se a uma estrutura urbana preexistente. Em África, mais expressivamente que em outros países em desenvolvimento, a explosão urbana galopante ocorre a partir de 1950 num território recém-urbanizado, com uma estrutura urbana de origem colonial, desequilibrada e macrocéfala, em contexto regional de crise persistente das economias nacionais recém-independentes, de aumento da divi-

da externa, de desaceleração industrial, de predomínio do sector terciário e informal da economia e de microactividade. Esta situação agrava-se nas últimas três décadas com afirmação da globalização económica neoliberal, acentuando-se a complexidade, o desequilíbrio e a precariedade do fenómeno urbano e a incapacidade de lhe fazer face.

Em contexto de crise, a explosão urbana constitui um factor de desestabilização pela sobrecarga e degradação das infraestruturas urbanas e dos serviços sociais. Estas conjunturas desfavoráveis e as políticas de ajustamento estrutural têm acentuado a segregação socioespacial e o dualismo crescente entre as áreas centrais requalificadas e as imensas periferias com insuficientes e deficientes infraestruturas, transportes e equipamentos, e grande percentagem de habitações precárias. Neste contexto, o número de pobres urbanos tende a crescer cada vez mais depressa que o número total de cidadãos (Oppenheimer e Raposo 2002). Para sobreviver, as famílias diversificam as suas fontes de rendimento e as suas actividades económicas e dispersam os seus membros pela cidade, campo e estrangeiro (Costa e Rodrigues 2007). Reforça-se a interdependência entre o campo e a cidade com trocas persistentes e renovadas (Coquery-Vidrovitch *et al.* 1996), configurando um *continuum* socioterritorial híbrido, entre o rural e o urbano. Lógicas, práticas, estratégias de origem rural cruzam-se e transfiguram-se com o modo de vida e as estruturas urbanas e periurbanas, num vai e vem per-

manente de referências e influências onde domina a mestiçagem e a *bricolage*. Neste processo, também as áreas rurais se urbanizam por acção do poder público, por via da expansão dos mercados, ou da inserção dos indivíduos no mercado, com a instalação de novas infraestruturas, equipamentos, serviços, com a circulação de pessoas, bens e informações, com a construção de novo tipo de casa mais urbana, esboçando o que se tem chamado de urbanização do campo (Raposo 1999).

Nem as diferentes políticas de desenvolvimento rural e regional, nem tão-pouco as políticas de desurbanização, mais ou menos autoritárias e repressivas, adoptadas em diferentes momentos, contextos e países, conseguiram impedir a incontrolável explosão urbana. A promoção pública de habitação “social”, geralmente de carácter sectorial e empreendida de cima para baixo, tem sido incapaz de responder à demanda e de atender aos grupos de menor rendimento, tendendo a provocar efeitos sociais perversos. A questão “o que fazer?” (Forjaz 2005) inquieta há várias décadas políticos e técnicos, mas as respostas continuam a ser insuficientes, por falta de recursos ou de concertação de vontades. Os paradigmas de intervenção são contraditórios e inscrevem-se nas conjunturas nacionais, políticas e económicas, marcados por visões mais sectoriais e fragmentadas ou mais integradas e territorializadas, mais direccionados para a erradicação, associados a realojamentos ou/e a processos violentos de despejo, ou para a qualificação participada dos bairros

populares “informais”. Estes continuam a crescer mais depressa que os centros urbanizados, densificando-se e expandindo-se, e, nas últimas duas décadas, têm sido palco de grande transformação, a qual é sobretudo o resultado da acção dos seus habitantes que gradualmente, com os seus mais ou menos poucos recursos, investem na melhoria do seu espaço habitacional, face à insuficiência das intervenções públicas e ao carácter pontual da acção dos novos actores desta cena periurbana, ONGs, congregações religiosas e, mais recentemente, organizações comunitárias de base.

Há quase três décadas, reflectindo sobre as perspectivas da explosão urbana, Granotier propunha a transferência de recursos e a redistribuição das riquezas entre os países industriais e o Terceiro Mundo, para assegurar a reabilitação e modernização dos assentamentos humanos (1980: 364-369). Em 2000, as Nações Unidas advogam como um dos grandes Objectivos de Desenvolvimento do Milénio a sustentabilidade ambiental e como uma das metas a melhoria até 2020 da vida de 100 milhões de habitantes de bairros degradados. Esta é uma meta pouco ambiciosa se considerarmos os contingentes actuais que se multiplicarão dentro de dez anos, mas muito exigente, nomeadamente em África, pois que a qualificação destes extensos territórios requer acções socioterritoriais abrangentes, integradas e concertadas e a solidariedade universal em que se impliquem as elites africanas emergentes e as sociedades ricas do Ocidente. ■

Referências

- BAIROCH, Paul (1985) — *De Jéricho à Mexico. Villes et économie dans l'histoire*. Paris: Gallimard.
- COQUERY-VIDROVITCH, C.; d'ALMEIDA-TOPOR, H.; SÉNÉCHAL, J. (1996) — *Interdépendances villes-campagnes en Afrique. Mobilité des hommes, circulation des biens et diffusion des modèles depuis les indépendances*. Paris: L'Harmattan.
- COSTA, A. B.; RODRIGUES C. U. (2007) — “Famílias e estratégias de sobrevivência e reprodução social em Luanda e Maputo”. In J. Oppenheimer e I. Raposo (org.s), *Subúrbios de Luanda e Maputo*. Lisboa: Colibri.
- DAVIES, Mike (2006) — *Planet of slums*. Nova Iorque: Verso.
- FORJAZ, José (2005) — “Uma estratégia para o melhoramento e a reabilitação dos slums em Moçambique”. *Cadernos da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, Cidades Africanas*, pp. 92-97.
- GRANOTIER, Bernard (1980) — *La Planète des bidonvilles. Perspectives de l'explosion urbaine dans le tiers monde*. Paris: Seuil.
- JENKINS, P.; SMITH, H.; WANG, Y. P. (2007) — *Planning and housing in the rapidly urbanising world*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- OPPENHEIMER, J. e RAPOSO, I. (org.s) (2007) — *Subúrbios de Luanda e Maputo*. Lisboa: Colibri.
- OPPENHEIMER, J. e RAPOSO, I. (2002) — *Pobreza em Maputo*. Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade.
- RAPOSO, Isabel (1999) — *Urbaniser villages et maisons. Projets politiques et réalités sociales. Manica (Mozambique) et Alte (Portugal)*. Paris: Université de Paris XII.
- UNDP (2007) — *Indicateurs du développement humain. Rapport sur le développement humain 2007/2008. Tendances démographiques*. UNDP. http://hdr.undp.org/en/media/HDR_20072008_FR_Indictables.pdf (consulta:28/07/09)
- UNITED NATIONS (2007a) — *World Population Prospects. The 2006 Revision*. Vol. 1, Comprehensive Tables, United Nations. http://books.google.pt/books?id=ghTz89QOt4C&pg=PA7&source=gbs_toc_r&cad=4
- UNITED NATIONS (2007b) — *Urban Agglomerations 2007*. United Nations, Department of Economic and Social Affairs. http://www.un.org/esa/population/publications/wup2007/2007urban_agglo.htm
- UNITED NATIONS (2007c) — *Urban and Rural Areas 2007*. United Nations, Department of Economic and Social Affairs. http://www.un.org/esa/population/publications/wup2007/2007urban_rural.htm
- UNITED NATIONS (2006) — *World Urbanization Prospects. The 2005 Revision*. United Nations, Department of Economic and Social Affairs. http://www.un.org/esa/population/publications/WUP2005/2005WUPHighlights_Final_Report.pdf.